



SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DE 05/12/2014

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

IZALCI (PSDB, DF e como Líder) - Impacto negativo da aplicação do instituto da delação premiada sobre os trabalhos da CPMI da PETROBRAS. Necessidade de revisão da legislação acerca da matéria. Empenho do orador na prorrogação do prazo de vigência da CPMI para a conclusão dos trabalhos.

V - GRANDE EXPEDIENTE

ARIOSTO HOLANDA (Bloco/PROS, CE) - Reflexões sobre educação, ciência e tecnologia no País. Luta do Parlamentar pelo desenvolvimento dos setores. Expectativa de maior competitividade no mercado internacional com base em tecnologias de ponta e consequente risco de exclusão do saber para o trabalho das classes sociais mais pobres. Defesa de aplicação do conhecimento científico em prol do desenvolvimento humano sustentável e da preservação do meio ambiente. Necessidade de criação de mecanismos de transferência de conhecimento à população. Crítica à desigualdade social e à distribuição de renda no País. Importância do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Casa na discussão de temas importantes na área de ciência e tecnologia. Pedido ao Presidente de remessa ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, de estudos relevantes para a Região Nordeste, relatados pelo orador.

PRESIDENTE (Izalci) - Resposta ao Deputado Ariosto Holanda.

VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES



ERIKA KOKAY (PT, DF) - Transcurso do Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Dia de Enfrentamento Mundial à AIDS, do Dia do Laço Branco e do Dia dos Direitos Humanos. Realização da Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*. Considerações sobre a problemática da violência no País, em especial contra as mulheres. Contrariedade a proposição sobre o chamado Estatuto da Família, em trâmite na Casa, por negativa de reconhecimento da família homoafetiva. Acerto da flexibilização da meta do superávit primário. Defesa da administração da Presidenta Dilma Rousseff. Apoio a manifesto firmado por organizações da sociedade civil representantes de pessoas infectadas com o vírus da Hepatite C e dirigido ao Ministro da Saúde, Arthur Chioro, a favor da incorporação pelo Sistema Único de Saúde — SUS de novos medicamentos contra a doença.

IZALCI (PSDB, DF e como Líder) - Esclarecimentos à população sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Denúncia da barganha política proposta pelo Governo Federal para a liberação de emendas parlamentares. Crítica à atuação do Poder Executivo e do Congresso Nacional em torno da apreciação do Projeto de Lei nº 36, de 2014, que flexibiliza a meta do superávit primário.

CLEBER VERDE (PRB, MA e como Líder) - Escalada da violência no Estado do Maranhão. Descontinuidade do sistema público de abastecimento de água no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.434, de 2008, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social e o índice de correção previdenciária; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, extinção da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. Resultados positivos das políticas sociais do Governo petista. Expectativa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 170, de 2012, que garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez.

AMIR LANDO (PMDB, RO. Como Líder) - Conclamação à sociedade brasileira para união de forças com vistas ao combate à corrupção na administração pública. Aplausos à atuação da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União e



do Ministério Público para redução da corrupção no País. Elogios ao desempenho do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, no exercício do cargo.

DALVA FIGUEIREDO (PT, AP - Pela ordem) - Pavimentação de trechos da BR-156 entre os Municípios de Calçoene e Oiapoque, Estado do Amapá. Ocorrência de epidemia da febre *chikungunya* em Macapá e no Oiapoque. Importância do acordo Brasil e França sobre a libra de ouro para o Oiapoque. Necessidade de implantação de políticas públicas destinadas à redução da violência e ao combate a grupo criminoso atuante em garimpos localizados na fronteira do Amapá e da Guiana Francesa. Expectativa de êxito do Decreto nº 8.337, de 2014, que promulga o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área da luta contra a exploração ilegal do ouro em zonas protegidas ou de interesse patrimonial, firmado no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2008. Conclusão da infraestrutura alfandegária e aduaneira de ponte de ligação entre o Amapá e a Guiana Francesa.

VII - ENCERRAMENTO